AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.199 - RS (2019/0070247-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE	:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORES	:	CLÁUDIA BALESTRIN CORRÊA - RS053400 FABRICIO FRAGA - RS049070 MARLISE FISCHER GEHRES - RS050819
AGRAVADO	:	MARIA CECILIA MUNHOZ SILVA
ADVOGADO	:	CATARINA LÚCIA TISSOT - RS027252

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em oposição a acórdão, em conformidade com o relatório e voto constantes dos autos.

A via especial teve o seguimento negado com base em acórdão julgado por esta Corte Superior, sob o rito dos recursos repetitivos.

Decido.

Quanto à admissibilidade do agravo em recurso especial, é entendimento deste Superior Tribunal de que é inviável tal apelo contra decisão que nega seguimento à via especial com amparo em precedente firmado em recurso representativo de controvérsia, ainda que tenha por objetivo discutir a correta aplicação do repetitivo.

A despeito de haver outras questões postas no especial, o próprio agravante reconhece em seu apelo que o debate dessa matéria demandaria alteração da premissa referente ao Tema 880 dos recursos repetitivos.

Ademais, a Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, analisado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, registrou que, com a vigência da Lei n. 10.444/2002, a qual incluiu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, o acertamento do valor da condenação carente de simples cálculos aritméticos perdeu a natureza de liquidação. Além disso, com a possibilidade de reputar-se correta a conta do credor na hipótese de não entrega pelo devedor dos dados em seu poder, não mais existe justificativa para o retardamento da ação executiva.

No exame de embargos declaratórios opostos contra o aludido julgado, o órgão julgador, a par de correções e esclarecimentos, promoveu a modulação dos efeitos da decisão, com base no art. 927, § 3º, do CPC/2015, consignando que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de cinco anos para a propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir

de 30/6/2017 (data da publicação do acórdão do recurso representativo de controvérsia).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC de 2015, correspondente ao art. 544, § 4º, I, do CPC de 1973, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de abril de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator